

## **A Baía de Todos os Santos: Recôncavo Baiano, escravidão e terras no século XIX**

Djalma Augusto dos Santos Mello

09 / 11 / 2016

No século XVI após a consolidação das Capitânicas Hereditárias, a Bahia e Pernambuco tornaram-se grandes produtores agrícolas e das demais capitânicas que mais a frente tornaram-se províncias no século XIX e epicentros econômicos no Nordeste - dentre esses produtos - a cana de açúcar. Após o surto aurífero, o Brasil segundo Stewart Schwarz, estava vivenciando o "renascimento agrícola" entre 1790 e 1840, da mesma forma que as províncias da Região Sudeste.

Salvador, o Sul da Bahia e o Recôncavo Baiano trabalharam com a cana de açúcar e o fumo, utilizando a escravidão africana, crioulos e negros da terra ou ameríndios. Salvador tornou-se entreposto de escravos, fumo, algodão e madeira, surgindo assim, uma incipiente atividade industrial. O economista Fernando Pedrão menciona a importância na circulação de escravos entre Salvador e o Recôncavo Baiano entre 1853 - 1875 e neste período Salvador recebeu 64.431 cativos e foram revendidos 21.810 para outras províncias, tendo como principais destinos, as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao longo do século XIX a província baiana recebeu em média 7.900 escravos, sobretudo, após o fim do tráfico negreiro em 1850.

# AVL

## Academia Volta-redondense de Letras

---

Muitos escravos não foram usados para a atividade agroindustrial voltado para o mercado interno ou plantation, mas sim, trasladavam para os trabalhos caseiros em Salvador. A industrialização algodoeira foi uma das atividades que apresentaram o seu ápice durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) e o Egito, consolidando provisoriamente o Brasil, na leitura de Celso Furtado, como o maior exportador de algodão e colocando a Monarquia em evidência internacional. A indústria têxtil e a modernização na segunda metade dos oitocentos evidenciou uma necessidade na província da Bahia de criar uma limitada malha ferroviária Viação Férrea Leste Brasileiro e a Companhia de Navegação em Salvador, articulada com o capitalismo britânico ao longo daquele século para atender o Celeiro Público da capital baiana.

O historiador Bert Jude Barickman explorou inventários post-mordem a tríade que foi tão citada pelo Gilberto Freyre: latifúndio, monocultura e exportação no espaço geográfico. Produtos como algodão, açúcar, tabaco, melado, café e mandioca foram fundamentais na "visão plantacionista" segundo a historiadora Maria Yedda Linhares, fundamental para o plantation e enriquecendo a aristocracia rural baiana entre 1780-1860.

O tabaco atendeu o mercado interno, principalmente, na Baía de Todos os Santos, monopolizando a produção no Brasil e exportando para a África Central como troca pelos escravos. O historiador Jorge Caldeira, em uma significativa pesquisa, que o primeiro produto como moeda de troca pelos escravos africanos foram as garrafas de cachaça em todas as Capitânicas do Nordeste. Os senhores de engenho no século XIX continuaram produzindo aguardente após o "renascimento agrícola", apesar da concorrência com o Haiti que era o maior produtor de cana do mundo. Nos séculos XVII e XVIII os senhores de engenho enfrentaram os holandeses que cobravam dívidas dos senhores, em um total de 162 engenhos em

# AVL

## Academia Volta-redondense de Letras

---

1630. O historiador Evaldo Cabral de Mello dizia que uma série de fatores foram fundamentais, para minguar a cultura canavieira na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte com as mudanças climáticas no sertão, a cobrança de impostos, a concorrência externa e o surto do ouro em Minas Gerais.

O ápice do açúcar branco no Brasil foi durante o período colonial, mas as necessidades de mudanças sob os auspícios da Grã-Bretanha exigiu dos senhores de engenho, produzirem o açúcar mascavo. O principal senhor de engenho na Bahia oitocentista era o Marquês de Abrantes e em conluio com os demais senhores de engenho, cobravam 10% de tributo para as exportações do açúcar mascavo como uma medida compensatória para os engenhos mais distantes de Salvador. Vários senhores de engenho arrependeram-se de construir novos engenhos que demoraram de 4 a 6 anos para ficarem prontos e mais um tempo para o retorno econômico, destarte, após o tráfico de escravos em 1850, encarecendo os escravos para o Nordeste e atendendo as províncias da Região Sudeste entre 1850-1885.

O recenseamento de 1872 - o primeiro que foi realizado em todo o Brasil Imperial - estimava uma população de aproximadamente 110.000 cativos em toda a província baiana. A Bahia perdeu este posto ao longo do século XIX para a Corte e a cidade de Salvador encantava os estrangeiros como Spix e Martius que foram andarilhos que percorreram o sertão brasileiro, inclusive, o Recôncavo Baiano de uma forma pitoresca desde Debret, passando por Daniel Kidder que viveu no Brasil entre 1837 e 1840 e pelo visitante norte-americano Thomas Ewbank que foram alimentados e alimentaram intelectualmente um país rico em crônicas sobre a história natural e a camuflada dialética entre senhores e escravos na vasta literatura luso-brasileira oitocentista. O visitante estrangeiro olhava a cidade de Salvador como uma grande cidade africana pela quantidade de pretos e pardos no Brasil. O francês Robert Avé -

# AVL

## Academia Volta-redondense de Letras

---

Lallemant escreveu em 1859: "Seria possível com um pouco de imaginação tomar a cidade por uma capital africana, a residência de um poderoso príncipe negro, em que uma população de brancos estrangeiros passa despercebida". E tem mais: "Tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros lá embaixo, negros lá em cima. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que carrega e vai buscar é negro".

O exagero se deve ao fato de muitos brancos terem permanecido mais em suas residências. A posse de escravos era tão comum que um cronista que se chamava José da Silva Lisboa escreveu o seguinte: "Era prova de mendicidade extrema o não ter escravos; ter-se-ão todos os incômodos domésticos, mas um escravo a toda lei". Viúvas, solteiras que tinham escravos, serviam nas ruas para venderem jornais ou quitutes típicos da Bahia. Era comum a manumissão e os forros compravam escravos, algo que era considerado muito comum nos séculos XVIII e XIX. Em vários engenhos no Recôncavo Baiano, escravos podiam praticar roça, visando uma agricultura de subsistência para que pudessem comercializar ou para o uso próprio de feijão, arroz, mandioca, criando uma falsa condição sine qua non ou liberdade, o que gerava uma zona de conforto com o propósito de manter o escravo na passividade e mantê-lo na propriedade do senhor de engenho. O consumo de farinha era alto e rico em nutrientes poderia alimentar 9.300 escravos em um espaço geográfico de 85 mil alqueires, colocando o Recôncavo Baiano, em um novo rumo e ascensão socioeconômica com o surgimento de 200 engenhos entre 1780-1860 na Baía de Todos os Santos e colocando a província baiana novamente em um processo de modernização e com mais fôlego na economia e na sociedade baiana.

AVL  
Academia Volta-redondense de Letras

---

**BIBLIOGRAFIA**

- Szmrecsányi, Tamás. Amaral Lapa. José Roberto do. História Econômica da Independência e do Império. Ed. Hucitec, São Paulo-SP, 2002;
- Mello, Evaldo Cabral de. O bagaço da cana. Ed. Penguin & Companhia das Letras, São Paulo-SP, 2012;
- Sussekind, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. Ed. Companhia das Letras, São Paulo-SP, 2006;
- Barickman, Bert Jude. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 2006.